



FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE DUQUE DE CAXIAS
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DUQUE DE CAXIAS
CENTRO DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO CEPEA
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO

REINALDO DE JESUS CUNHA

FÉ, REQUISITO IDEOLÓGICO PARA RELIGIÃO
VERSUS
ESTADO ATEU

Duque de Caxias-RJ

2015

FÉ, REQUISITO IDEOLÓGICO PARA RELIGIÃO

VERSUS

ESTADO ATEU

REINALDO DE JESUS CUNHA

Bacharel em Direito, Aluno de Pós Graduação em Ciências Sociais e Religião

Monografia apresentada como requisito Parcial para obtenção do Título de Pós Graduado, *Lato Sensu*, em Ciências Sociais e Religião da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FFCLDC).
Professor Orientador: Dr. Milton Trajano de Oliveira, Mestre em Educação, Coordenador do Centro de Pós- Graduação, Especialização Aperfeiçoamento CEPEA/ FEUDUC.

Duque de Caxias-RJ

2015

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Curso de Pós Graduação Ciências Sociais e Religião da FEUDUC- Fundação Educacional de Duque de Caxias, Mestres: Claudia Torres, Obertal Ribeiro, Milton Trajano, Marcus Vinicius e Roberto Ponciano, Raphael C. de Oliveira e Antônio Augusto Braz, pelo incentivo a pesquisa e aulas ministradas no Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais e Religião. Aos Mestres, Doutores e professores da AVM, do Curso de Pós Graduação de Docência de Ensino Superior e Comunicação Empresarial.

DEDICATÓRIA

Dedica-se esse trabalho aos meus familiares, Ana Clara Paz Araujo Cunha, Ana Beatriz Paz Araujo, Walison de Araujo Almeida e Lucileide Paz Araujo, à sociedade civil organizada, CMAS/RJ, aos alunos do Curso de Pós Graduação Ciências Sociais e Religião da FEUDUC-CAXIAS, CMAS/RJ, Aos representantes da ALDEIA MARACANÃ, Ecologista Sergio Ricardo Verde, Daua Puri e Márcio Teihidzatsé Xavante-MT. A representante da AULA – Associação Universitária Latino Americana - Marcia Ribeiro, Gestora da Feira Agroecológica e Cultural da Ilha do Governador, Professor Edson Kayapó, Aos Diretores, Membros do Conselho Fiscal e Funcionários da ASFUNRIO – Associação de Servidores da SMDS e do Fundo Rio, A Diretoria, Membros do Conselho Fiscal da AULA – Associação Universitária Latino Americana, Diretoria e integrantes do G.R.E.S. A Magia do Samba da Maré, A pagina Facebook: Amigos da Aldeia Maracanã, Maré na TV, Ao Professor de Historia Mario Thurler, do CIEP 168 Ilda Silveira Rodrigues, Aos Dirigentes, funcionários do CRAS RUBENS CORREA 6 CDS, Rosa Pereira, Ana Paula Nascimento, Rosimar Pequeno, Marília Santos, Bianca Silva, Paula Xavier, Amanda Batista, Flavia Regina, Nilda Martins e Jessica Trigo, Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FFCLDC), Ao Curso de pós-graduação da AVM – Docência de Ensino Superior e Comunicação Empresarial; Curso de pós-graduação Direito Ambiental da FEUDUC.

REINALDO DE JESUS CUNHA

FÉ, REQUISITO IDEOLÓGICO PARA RELIGIÃO

VERSUS

ESTADO ATEU

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais e Religião da FEUDUC – Duque de Caxias, como requisito parcial à obtenção do Título de pós-graduado em CIÊNCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO.

Professor Orientador: Mestre MILTON TRAJANO DE OLIVEIRA

Resultado: Aprovada em 15/12/2015 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FFCLDC), FEUDUC- Fundação Duque de Caxias

MILTON TRAJANO DE OLIVEIRA

Mestre em Educação

FICHA CATALOGRÁFICA

Cunha, Reinaldo de Jesus.

FÉ, REQUISITO IDEOLÓGICO PARA
RELIGIÃO, VERSUS ESTADO ATEU, 2015
Pag.54

Monografia (Pós-Graduação) FEUDUC e
Faculdade de Filosofia e Letras de Duque de Caxias
Pós- Graduação: Ciências Sociais e Religião

Orientação: Professor Milton Trajano de
Oliveira 1.Introdução. 2. A Sociedade Primitiva é Sem
Chefe de Estado. 3. A Bíblia e o Discurso Religioso
Africano 4. O que é Seita. 5. Diversidade e Pluralidade
Religiosa. 6. Conclusão.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca FEUDUC

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E ENSINO RELIGIOSO CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ESCOLARES

[É necessário criar nos alunos a consciência de cidadania e do desenvolvimento da pessoa como um todo, propondo o respeito a toda diversidade cultural e religiosa brasileira e garantindo acesso aos conhecimentos, ritos e culturas, que promovam a educação da intolerância religiosa, respeitando-se as diferentes culturas. Quando os educadores adquirem maturidade e compreensão sobre a necessidade de haver respeito nas relações religiosas de forma ética e humana, vislumbram o nascimento de uma sociedade mais humana e fraterna, o que não existe nos dias atuais].

Mestre – Claudia Andrade Torres Ribeiro

R E S U M O

O presente Trabalho de Pós- Graduação Ciências Sociais e Religião (TCC), aborda a Temática: Fé, requisito para Religião, Versus, o Estado Ateu. A intolerância religiosa esta presente no cotidiano do nosso país, e são necessários esforços da sociedade civil, segmentos organizados da sociedade, indivíduos pensantes e atuantes, para mudar o atual cenário de intolerância religiosa. Para aprofundamento Teórico e Científico do (ER) Ensino Religioso, usaremos como fonte de pesquisa, materiais bibliográficos, livros, artigos impressos e publicados em jornal de grande circulação, Seminário de Intolerância Religiosa IFCS, Trabalho de Extensão Acadêmica e Universitária da FEUDUC, Blogs, Site, Leis e Trabalhos de Grupo realizado na FEUDUC, Site: www.asfunrio.org.br, www.aula.org.br, e Jornal online ASFUNIO. Em um mundo em descontrole em um Estado Laico e Ateu, o individuo sente-se inseguro ao estar subordinado ao controle de estado sobre a sua fé. No Brasil predomina o Estado Laico, separado da Religião, o que não ocorre em outros continentes onde predominam o Fundamentalismo Religioso. O objetivo deste estudo tem como enfoque básico, o aprendizado em sala de aula no curso de pós-graduação e Ciências Sociais e Religião, bem como: o estudo da Fé Religiosa, Religião e Estado Laico e Ateu. Para melhor compreensão do tema, essa obra abordará aspectos históricos do surgimento da religião, a didática do ensino da religião, aspectos sociológicos, filosóficos e teológicos da Religião. Privilegiaremos o distanciamento critico que o individuo deve ter ao proferir sua fé, respeitando as diferenças daqueles que não professam nenhuma fé religiosa em um estado Laico e Ateu, daqueles que entendem que o estado deve orientar a orientação religiosa.

Palavra Chave: Fé, ideologia, Religião e Estado Ateu.

RESUME

This Work Graduate Social Sciences and Religion (TCC), addresses the Theme: Faith, requirement for Religion, Versus, Atheist State. Religious intolerance is present in the daily life of our country, and efforts are needed from civil society, organized segments of society, thinking and active individuals, to change the current religious intolerance scenario. For Theoretical and Scientific deepening of the (ER) Religious Education, we will use as a source of research, bibliographic materials, books, printed articles and published in a major newspaper, Religious Intolerance Seminar IFCS, Work Academic Extension and University of FEUDUC Blogs Site Laws and Group Work done in FEUDUC, website: www.asfunrio.org.br, www.aula.org.br, and Journal online ASFUNIO. In a world in disarray in a secular and atheist state, the individual feels insecure to be subordinate to the state of control over their faith. In Brazil dominates the secular State, separated from religion, which does not happen on other continents dominated Religious Fundamentalism. The objective of this study is basic approach, learning in the classroom over the course of graduate and Social Sciences and Religion as well as the study of Religious Faith, Religion and Secular State and Atheist. For better understanding of the subject, this work will address historical aspects of the emergence of religion, the teaching of the teaching of religion, sociological, philosophical and theological of Religion. Will privilege the critical distance that the individual should have to utter their faith, respecting the differences of those who profess no religious faith in a secular state and Atheist, those who understand that the state should guide the religious orientation.

Keyword: Faith, ideology, religion and State Atheist.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12 a 15
2.	A SOCIEDADE PRIMITIVA É SEM CHEFE SEM ESTADO	16 a 18
2.1.1	COLONIZADOR IMPÕEM O PORTUGUES AOS AMERÍNDIOS	18 a 21
	CATOLICISMO E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL	21 a 22
2.1.2	PRINCIPAIS DOGMAS CATÓLICOS	22 a 24
2.1.3	A REFORMA PROTESTANTE E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL	24 a 26
2.1.4	NIETZSCHE, O ANTICRISTO	26 a 28
3.	A BIBLIA E O DISCURSO RELIGIOSO AFRICANO	28 a 29
3.1	OS ORIXAS, E O SINCRETISMO RELIGIOSO	29 a 30
3.1.1	A LIBERDADE RELIGIOSA	30
3.1.2	O QUE É RELIGIÃO	31
3.1.3	O QUE É FÉ	31
4.	O QUE É SEITA	30 a 31
4.1.	PROSELITISMO RELIGIOSO	31
4.1.1	A DIDÁTICA DO ENSINO DE RELIGIÃO E A LDB	31 a 32
4.1.2	A RELAÇÃO ENTRE FÉ E SOCIEDADE	33 a 34
4.1.3	ESTADO RELIGIOSO, LAICO E ATEU	34 a 35
5.	DIVERSIDADE E PLURARIDADE RELIGIOSA	35 a 36
5.1	O QUE É TESTEMUNHO DE FÉ	36
5.1.1	A PARTICIPAÇÃO POLITICA E O COMPROMISSO COM FÉ	36 a 39
5.1.2	O ETNOCÍDIO AS TRADIÇÕES INDIGENAS	39 a 43
5.1.3	IDEOLOGIA	43 a 44
5.1.4	A INTOLERANCIA RELIGIOSA	44 a 47
6.	CONCLUSÃO	48 a 50
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51 a 54

ANEXOS

1. [Escavando o Passado da Cidade – História da Cidade de Duque de Caxias;](#)
2. [FEUDUC – Debate Sobre Maioridade Penal e Patrimônio Histórico de Caxias;](#)
3. [II Seminário de Pesquisa Professor Trajano de Oliveira Eixo Temático: a Reforma Política; Reinaldo de Jesus Cunha, A Ficha Limpa LC 135/10;](#)
4. [Contradições e Desafios do Quotidiano Escolar FEUDUC – Claudia Torres;](#)
5. [O Rio é Carioca e Continua Índio 450 anos de Fundação;](#)
6. [Seminário Intolerância Religiosa em Debate – IFCS;](#)
7. [Trabalho Acadêmico de Aproveitamento para a Disciplina \(ER\) FEUDUC;](#)
8. [Trabalho de Grupo – Política Michel Foucault – FEUDUC - Mestre Ponciano;](#)
9. [Trabalho de Sociologia da Educação –FEUDUC - Professor Rafael;](#)
10. [Antropologia da Religião e Temas da Atualidade – FEUDUC – prof. Obertal;](#)
11. [V Seminário de Justiça Ambiental Igualdade Racial e Educação UNIGRANRIO;](#)
12. [Didática Em Sala de Aula – FEUDUC professora Claudia Torres;](#)
13. [Debate Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais – 6 CDS –CRAS;](#)
14. [O Front da Maré;](#)
15. [O Cachimbo Sagrado;](#)
16. [Direitos Humanos - FEUDUC – Professor Trajano](#)
17. [Plano de Ensino – Matriz Didática](#)

1 INTRODUÇÃO

A religiosidade dos nossos ancestrais originários da África, primeiros habitantes, é traço marcante do estudo da religiosidade do povo brasileiro, em particular dos primeiros habitantes que fundaram a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Segundo estudos antropológicos, os primeiros habitantes fundadores da nossa cidade, foram os povos Sambaquis “Monte de Conchas”, que migraram a cerca de oito mil anos do estreito de Bering para o Rio, trazendo consigo vasto conhecimento da agricultura, arquitetura, astronomia, matemática e estudo da natureza, pois: conheciam os dias de chuvas; a importância das enchentes dos rios e mares para agricultura; os benefícios das plantas medicinais; e o cultivo dos alimentos, como: mandioca, aipim, feijão, milho, amendoim, caju, abacaxi, batata doce, pequi, urucum, tabaco, pimenta, algodão para tecer suas redes, cestas de cipó para colher alimentos, palenas de barros para cozinhar os alimentos, apetrechos de guerras como o machado de pedra, facas e o arco e fecha. Para sobreviverem às intempéries, guerras: viviam em grupos, falando língua própria. Dessa forma: preservavam seus cânticos, danças e tradições religiosas. Depois dos Sambaquis, vieram os Tupinambás, Términos, Puris, Tupis, Guaranis, e/ou centenas de “tribos indígenas” cada um com sua cultura e tradição própria em todo território nacional.

Antes da presença “homem branco”, que nos remontam com as primeiras expedições da ocupação do território brasileiro pelos portugueses e franceses no ano de 1500 DC. Os indígenas cultuavam seus próprios deuses, sem, contudo ter similaridade com credo de outras culturas existentes. Cada tribo, cada cultura, cada povo, cultuavam seus próprios deuses geralmente em reverência aos mortos e aos locais sagrados.

Relato do Jesuíta Simão de Vasconcelos, escrito no século XVII, mencionam que os Tamoios e Términos, viviam em guerra fratricida destruindo uns aos outros no ano de 1555, o que facilitou o domínio por parte de portugueses e franceses que segundo registros, já ocupavam a costa brasileira. Embora bastantes numerosos, as diversas tribos foram pouco a pouco sendo dizimada pelos conquistadores devida a expansão européia na América em 1542. O termo de referência indígena, a palavra indígena esta associada a povos primitivos. Daí a expressão índios: “pois se trata de

uma categoria criada pelos europeus, num contexto histórico específico de conquista e colonização, para designar uma imensa variedade de grupos etnolingüísticos de nosso extenso continente”. Os portugueses faziam também distinção entre os grandes grupos de amigos e/ou inimigo, aliados da colônia.

Com o domínio pelos portugueses da “Terra de Pindorama, Vera Cruz e Santa Cruz” após guerras incessantes pelo domínio do território e aculturação dos povos tradicionais pela catequese. A religião predominante no Brasil passou a ser o catolicismo, que passou a ser professada pelos Jesuítas, que catequizavam com bases na doutrina cristã e a fé católica. Tanto os indígenas como os negros de matrizes africanas trazidos da África, foram obrigados a assimilarem e adotarem a “religião católica” como fé verdadeira. E para fugir da perseguição e humilhação a que estavam submetidos, passaram admirar os “deuses e santos católicos”. A mais famosa é figura de “Maria, mãe de Jesus Cristo”, o salvador que morreu na cruz para salvar a humanidade do pecado.

Passados mais de 500 anos de domínio da religião católica ou daqueles que se manifestam católicos. A religião católica segundo o censo do IBGE de 2010 vem caindo vertiginosamente. Segundo a mesma fonte: dos 88,8% da população brasileira que se diziam católicos, caiu para 64,6%, perdendo em cerca de 40 anos, 5,2% dos cristãos para as religiões evangélicas que hoje já somam mais de 22,2% da preferência do povo. Tal crescimento se deve ao espaço ocupado na grande mídia, canais de rádios e TVS abertas, por assinatura, pelas religiões evangélicas.

Com o fim da tutela pelo Estado pelo domínio da fé católica. Outras religiões, embora em menor número, também vem ganhando espaço na religiosidade brasileira. As principais delas são as religiões de matrizes africanas, como a “Umbanda e o Candomblé”. Essas últimas, porém, o seu crescimento vem sendo de forma moderada, em face das perseguições sofridas ao longo dos anos, pois, eram proibidos de manifestar suas “crenças e fé nos Orixás. Para sobreviverem em meio as perseguições religiosas, os negros foram obrigados por questão de sobrevivência, adotaram o sincretismo religioso para cultuarem os “orixás” disfarçadamente. Um dos mais famosos, adorados pelos negros é São Jorge, “Santo Guerreiro” que no candomblé significa e Ogum, “o orixá da guerra que abre os caminhos para a vida”. Outra figura emblemática é Jesus Cristo, filho de Maria, Mãe

de Deus, o salvador da humanidade, que na fé católica morreu para salvar o mundo. No Candomblé, “Jesus” tem similaridade com “Oxalá”, que criou a humanidade, por isso a sua identificação com Jesus.

Combater a intolerância religiosa significa reconhecer que somos diferentes, que professamos mais de uma fé e acreditamos em deuses diferentes. Chegou o momento no Brasil, de dar voz e vez aos povos indígenas e quilombolas, fonte primária e marcante da nossa religiosidade.

O objetivo Geral desse trabalho consiste em Analisar a Fé como Requisito Ideológico para ter uma Religião em Contraponto a um Estado Laico e Estado Ateu.

O Objetivo Especifico, consiste em entender os aspectos ideológicos, políticos e religiosos dentro de um conceito de autonomia de vontade do individuo, que tem autonomia de escolher ou não uma religião, como são os casos das pessoas agnósticas que não tem Fé em nenhuma religião.

A metodologia Aplicada para essa dissertação consiste no estudo e pesquisa de materiais bibliográficos; livros e artigos impressos; Leis; jornal online www.asfunrio.org.br, www.aula.org.br, blog spot, Site relacionados à causa indígena, aulas de Ciências Sociais e Religião do Curso de pós-graduação da FEUDUC; Links de vídeos no Youtube: [asfunrioaula](https://www.youtube.com/channel/UCasfunrio), e temáticas de questões de religião; Seminários sobre questões de Intolerância Religiosa; Curso de Extensão e atividades extracurriculares da FEUDUC; Além de manifestações religiosas realizadas no Rio de Janeiro.

No primeiro e segundo capítulos, abordaremos a temática da sociedade primitiva versus a eurocêntrica; a imposição da língua portuguesa aos ameríndios; o catolicismo e sua influencia no Brasil; os principais dogmas católicos; A reforma protestante e sua influência no Brasil e por ultimo Nietzsche o Anticristo.

No terceiro e quarto capítulo trataremos da Bíblia como elemento sagrado; o discurso religioso africano; os orixás e o sincretismo religioso; a liberdade religiosa e por ultimo o que é religião.

No quinto e sexto capítulo, abordaremos a questão da diversidade e pluralidade religiosa; o testemunho de fé; o etnocídio as tradições indígenas; a

participação política e o compromisso com os direitos humanos e sociais; ideologia religiosa e por ultimo: a Intolerância Religiosa que tem causado conflitos e discriminação religiosa, as comunidades de matrizes africanas, quilombolas e indígenas.

A luta contra a discriminação religiosa é o grande desafio da sociedade brasileira no momento atual, e para isso, é imprescindível a pluralidade, a diversidade religiosa, como garantia da democracia, contemporânea e civilizada.

2. A SOCIEDADE PRIMITIVA É SEM CHEFE SEM ESTADO

A figura do sagrado da America pré-colombiana nos remete ao estudo dos povos ameríndios: Maias, Astecas, Incas, Iroqueses, Sioux, Sambaquis, Tupiniquins, Tupinambás, Aimorés, Potiguares, Pataxó, e tantas outras culturas espalhadas em pela America, e que migraram para o território brasileiro. A teoria mais aceita é aquela que os primeiros habitantes vieram do estreito de Bering, polinésia, região oceânica para a America do Sul, até chegar ao Brasil.

As tribos indígenas que habitaram o Brasil no inicio do século, segundo europeus, não possuíam conhecimento da escrita, e sim o conhecimento oral, dessa forma sendo classificadas como cultura desenvolvida. Pois o termo civilização é dado a determinadas povos civilizações que tinham territórios definidos, domínio da língua escrita, e relativos progressos nas artes, ciência, política e religião, muitas das vezes extintas, mas que são estudadas por arqueólogos e historiadores para designar o grau de seu desenvolvimento. O termo “Índio” é para classificar qualquer membro de uma comunidade indígena, reconhecido por ela como tal, pertencente ao tronco lingüístico e nativo daquela determinada etnia. “A Comunidade indígena é toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas”. (Castro, Viveiros, povos indígenas, 2006).

Ao contrario das civilizações evoluídas, as comunidades indígenas não possuíam o Estado propriamente dito, como as culturas eurocêtricas. Ao contrario, as sociedades primitivas, indígenas, são sociedades sem estado enquanto poder coercitivo. “Percebe-se que, quase sempre, as sociedades arcaicas são determinadas de maneira negativa, sob o critério da falta de estado”.

A cultura eurocêntrica que dominaram os povos ameríndios na America do Sul e no Continente Africano, possuíam um estado hierarquizado, com regras severas para quem descumprissem as ordens estabelecidas, “os status quo” aqui no Brasil, dominada pela coroa portuguesa.

Nas comunidades indígenas, não se tinha a subordinação a um governante e dirigente político, pois o “status quo”, da condição social dos indígenas, não

permitted them to remain subservient to a King or representative of this as it occurred with the occupation of Brazil. Here, the cacique or tribal leader, did not possess total dominion over his own people, for he did not have the hierarchy recognized as head of state. "Thus, the authority of the Tupinambá chief, uncontested during the expeditions, was, in times of peace, subordinated to the council of elders. The normal power, civil, based on the consensus of all, and not on pressure, and thus of a fundamentally pacific nature, the chief's function "pacifier" the chief has the task of maintaining peace within the group". (Tânia Stolze Lima, Marcio Goldman, pag. 49,1974).

As comunidades e tribos indígenas, não cultuam um único deus monoteísta. Ao contrário, cada tribo possui sua própria crença, cada uma acredita no seu deus ou deuses. Geralmente a relação do indígena com os deuses, está associada à mãe natureza, em harmonia com a terra, ar, fogo e água. Cada tribo possui sua própria hierarquia de adoração, sem, contudo estar ligado a um deus único ou plural, como as de características monoteístas e politeístas. O ritual e o sagrado andam juntos em perfeita harmonia.

As sociedades primitivas se organizam se articulam por status previamente atribuídos a grupos distintos, definidos por relações de sangue e que na ausência de todo poder centralizado, exercem sua autoridade de forma direta. Pierre de Clastres, depois de conviver com nossos parentes Nhandeva e M'bia, concluiu: "A sociedade indígena é naturalmente contra o estado e se organiza de maneira sem ideologia: somos assim como a água do rio faz seu caminho, nós naturalmente fazemos o caminho inverso, que não afirma essas instituições como fundamento para nossa educação e felicidade". (Lima e Goldman, p. 9, 1974).

Quando se trata de sociedade com Estado, a política é definida, como: "o domínio por excelência de intervenção humana, ou como sendo essa própria intervenção; mas, quando se trata de sociedades sem estado, é definida ora como uma espécie de espaço neutro governado por leis e princípios situados além da essência humana, ora com nome conferido a intenções e intervenções puramente individuais, sem que reconheça a existência de uma dimensão propriamente política da vida social". (Lima e Goldman, p. 16, 1974).

A sociedade primitiva produz para o outro sem a necessidade de troca e reciprocidade. Já na sociedade moderna o homem produz para satisfazer as necessidades dos outros. “Na verdade, é exatamente aí que se inscreve a diferença entre o selvagem amazônico e o índio do império inca. O primeiro produz, em suma, para viver, enquanto o segundo trabalha, de mais a mais, para fazer com que outros vivam – os que não trabalham os senhores que lhe dizem: cumpre que tu pagues o que nos deves; impõe-se que tu eternamente saldes a dívida que conosco contraíste”. (Clastres, Pierre, p.10,1974).

O chefe primitivo é um chefe sem poder, pois ele não pode impor o seu desejo de guerra sem a concordância dos demais membros da tribo. “A morte é o destino do guerreiro, pois a sociedade primitiva é tal que não permite que a vontade de poder substitua o desejo de prestígio. Ou, em outros termos, na sociedade primitiva, o chefe, como possibilidade de vontade de poder, está antecipadamente condenado à morte. O poder político isolado é impossível na sociedade primitiva; nela não há lugar, não há vazão que o Estado pudesse preencher”. (Clastres, Pierre, p.20,1974).

2.1 COLONIZADOR IMPÕEM O PORTUGUES AOS AMERÍNDIOS

A partir do século XV, inicia-se a colonização da América pelos mares, por parte dos europeus, representados por portugueses, franceses e espanhóis. Os espanhóis descobriram o caminho para as Índias, colonizando o território que era habitado pela civilização Inca e Asteca. Já na América do Sul os portugueses ocuparam o território brasileiro a partir do ano 1500.

Com a conquista da vitória do novo território, os portugueses impuseram no ano de 1549 a educação religiosa para os povos nativos. Calcula-se que, quando da chegada dos portugueses ao Brasil, aproximadamente 1.175 línguas (cf. RODRIGUES, 1993), seriam faladas pela população indígena. Embora tenham aportado no Brasil em 1500, o início do processo de transplantação da sua língua ocorrerá, sensivelmente, a partir da década de 1530, quando o rei D. João III – por isso mesmo chamado de *o colonizador* – traça, com a divisão do país em Capitânicas Hereditárias, uma política para povoar e administrar as novas terras. Também na década de 1530, dá-se início ao tráfico de escravos que para aqui trará falantes de, aproximadamente, 200 a 300 línguas (PETTER, 2006).

A preocupação pela educação surgiu como o meio capaz de tornar a população dócil e submissa, atendendo à política colonizadora portuguesa, determinada, como já foi dito, pelo Regimento do rei D. João III. Tomé de Souza traz consigo quatro padres e dois irmãos jesuítas liderados por padre Manoel da Nóbrega... (FREIRE. 2001, p. 32).

Durante muito tempo, o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições. Em 1694, dizia o Pedro. Antônio Vieira que “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios e a dos portugueses a vão os meninos aprender à escola”. Na segunda metade do século XVIII, porém, a língua geral entra em decadência. Várias razões contribuem para isso, entre as quais a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo marquês de Pombal em três de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiras ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Por elas proibia-se o uso da língua geral e obrigava-se oficialmente o da língua portuguesa. A expulsão dos jesuítas, em 1759, afastava da colônia os principais protetores da língua geral. Cinquenta anos mais tarde, o português eliminaria definitivamente esta última como língua comum, restando dela apenas certo número de palavras integradas no vocabulário português local e muitos topônimos Segundo Teyssier (1997 [1982], p. 94-95).

A partir da segunda metade do século XVIII, uma série de fatores de história externa conduzem à definição do Brasil como país majoritariamente de língua nem indígena nem africana. O multilingüismo menos ou mais generalizado, a depender da conjuntura histórica local nos séculos anteriores, localiza-se e abre, então, o seu caminho para o português brasileiro. Em 1775, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma política lingüística e cultural que fez mudar de rumo à trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabelecia como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. O Marquês define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga o seu uso na documentação oficial e

programa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsado do Brasil. (Mattos e Silva 1993, p. 83)

Embora a predominância da Linguagem dos brasileiros seja o português, mas temos que levar em conta que ela é produto da junção de dialetos lingüísticos africanos e Indígenas. Em entrevista a revista de www.História.com.br, em 01/05/15, assinada pelo jornalista Marcello Scarrone, que entrevistou Lea Ferencz Reid que fez mestrado na Nigéria e Doutorado no Zaire. Afirma que a descoberta de uma herança lingüística, que é o português falado no Brasil. O texto destaca que é fundamental: “A proximidade entre português, o português arcaico e as línguas do grupo banto que resultou no português que falamos hoje”, e por isso a língua que falamos é culturalmente negra.

Segundo a historiadora e estudiosa da cultura Africana Lea Ferencz Reid., a cultura brasileira é em parte negra, mas depende do grau de presença africana pelas várias regiões. “Mas a língua portuguesa que falamos, sim: esta é culturalmente negra. Ela é resultado de três grandes famílias lingüísticas: a família indo-européia, com a participação dos falantes portugueses, a família tupi, com a participação dos falantes indígenas, e a família Níger - congo, com a participação dos falantes da região subsaariana da África”.

Lea Ferencz, sustenta que durante três séculos, a maior parte dos habitantes do Brasil falava línguas africanas, sobretudo línguas angolanas, e as falas dessas regiões prevaleceram sobre o português. “Antes se ignorava essa participação, se dizia que o português do Brasil ficou assim falado devido ao isolamento, à predominância cultural e literária do português de Portugal sobre os falantes negros africanos analfabetos. Eles realmente não sabiam ler ou escrever português, mas essas teorias eram baseadas em fatores extralingüísticos. Eu introduzi nessa discussão a prevalência e a participação dos falantes africanos, sobretudo das línguas Níger - congo, que são cerca de 1.530 línguas. As mais faladas no Brasil foram as do Golfo do Benim e da região Bantu, sobretudo do Congo e de Angola”.

A professora Lea Ferencz Reid reconhece que no Brasil o racismo está também dentro das universidades, por isso defende a quotas para que os negros consigam entrar e fazer a diferença. “É muito importante que a população negra

entre na universidade para abalar a estrutura, trazendo um novo discurso, uma nova visão, um novo colorido, que entre para abalar a concepção de que a universidade é uma instituição branca. Mas não se pode fazer isso indiscriminadamente. Há um tempo, fiz parte de uma banca examinadora que tinha duas candidatas, uma que não era negra e uma negra, e a segunda fez a opção de entrar pelas cotas. Só que o discurso dessa candidata foi pífio e o trabalho que ela escreveu era de uma pessoa quase analfabeta. Quem passou? Ela. Para que haja cotas é preciso que também haja o mérito”.

2.1.1 CATOLICISMO E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL

Com a instituição do catolicismo no Brasil pela coroa portuguesa, devido o acordo de padroado O catolicismo passou a ser a religião oficial do Brasil. O Padroado foi criado através de um tratado entre a igreja católica e os reinos de Portugal. Os membros da Companhia de Jesus dão início a uma dupla atividade missionária, privilegiando a assistência religiosa aos colonos brancos e as práticas da catequese dos nativos, muitas foram às dificuldades, a língua desconhecida e costumes nativos se configuraram como dificuldades, porém a oposição de colonos também foi uma dificuldade encontrada pelos padres jesuítas. O sentido para a implantação da ordem do padroado no Brasil se convergia em dois motivos pertinentes, a expansão das fronteiras e a propagação da fé católica, como pressuposto necessários da colonização das novas terras descobertas. “Vários outros grupos de clérigos católicos vieram também à colônia portuguesa com a missão principal de evangelizar os indígenas, como as ordens dos franciscanos e dos carmelitas, levando a eles a doutrina cristã. Esse processo se interligou às próprias necessidades dos interesses mercantis e políticos europeus no Brasil, como base ideológica da conquista e colonização das novas terras”. (revista de humanidades, ISSN. 1518-3394, mneme).

A aliança da Igreja católica com as oligarquias dominantes, datam da colonização do Brasil até o século XIX. Segundo estudos sobre a Lei do Ventre, inspirada na Lei da Santa Sé. Desde a Colônia havia tradição das famílias abastadas destinarem ao menos um filho para o serviço religioso. “Dando origem inúmeros padres abastados donos de terras e escravos atuantes na política”. O cenário mudou com a nomeação do Marquês de Pombal, que afastou a influência da

Igreja Católica da administração do Estado. Após sua morte, os laços voltaram a se estreitar, perpassando por todo o período imperial brasileiro no século XIX. Com a proclamação da República em 1889, houve a separação formal entre Estado e Igreja Católica, mas sua presença continuou ainda viva, como comprova a existência de várias festas e feriados nacionais, como as festas juninas e o feriado de 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do país. (blog.brasilecola).

Em sua organização, o catolicismo é marcado por uma rígida estrutura hierárquica que se sustenta nas seguintes instituições: as paróquias, as dioceses e as arquidioceses. “Todas essas três instituições são submetidas à direção e ensinamentos provenientes do Vaticano, órgão central da Igreja Católica comandado por um pontífice máximo chamado de Papa. Abaixo de sua autoridade estão subordinados os cardeais, arcebispos, bispos, padres e todo o restante da comunidade cristã espalhada pelo mundo”.(catolicismo,história do cristianismo,Souza,Rainer).

As principais crenças do catolicismo estão embasadas na crença em um único Deus verdadeiro que integra a Santíssima Trindade, que vincula a figura divina ao seu filho Jesus e ao Espírito Santo.

2,1.2 PRINCIPAIS DOGMAS CATÓLICOS

Os Dogmas da Igreja Católica estão presentes em suas liturgias, e se constitui como uma verdade imutável, segura. Uma vez proclamado não se pode negar, nem revogar a doutrina católica. Os dogmas mais importantes tratam da santíssima trindade, que foram definidos nos primeiros concílios ecumênicos. “A Missa é o culto realizado pela Igreja Católica. É através dela que os católicos se reúnem para agradecer e cultuar a Deus”.

Segundo entendimento adaptado do Magistério da Igreja, explicados no site:www.derradeirasgraças.com, que faz referência ao Divino Espírito Santo. “O termo “dogma” provem da língua grega, “dogma”, que significa “opinião” e decisão. No Novo Testamento, é empregado no sentido de decisão comum sobre uma questão, tomada pelos apóstolos (cf. At. 15,28). Os Padres da Igreja, antigos escritores eclesiásticos, usavam a palavra dogma para designar o conjunto dos ensinamentos e das normas de Jesus e também, uma decisão da igreja”. Segundo Marcelo Semeraro, professor de Teologia, que tem a citação na página em epigrafe

no link acima: “É uma revelada, de uma forma que obriga o povo cristão a crer nele, em sua totalidade, de modo que sua negação é repelida como heresia e estigmatizada com anátema”.

Os principais ritos são: Normalmente há um comentário inicial, explicando o sentido da Missa e o que Deus vai falar. O Canto de Entrada, que todos devem cantar, é a primeira manifestação de alegria do povo reunido ali. O Sinal da Cruz demonstra que a Missa é realizada em nome de Deus. ”O Ato Penitencial é no sentido de fazer reconhecer a condição de pecadores e que a misericórdia de Deus é maior que os pecados dos fiéis; O Hino de Louvor é um convite a louvar o amor de Deus; Oração: Esta oração se chama coleta porque pretende reunir todas as intenções da Igreja e dar resposta com um Salmo especial o povo presente. *Liturgia da Palavra*: A Primeira Leitura mostra o que Deus quer dar; A resposta é com um Salmo especial; A Segunda Leitura mostra a doutrina dos Apóstolos (cartas do Novo Testamento); De pé, dar-se boas-vindas a Jesus, com a Aclamação ao Evangelho; No Evangelho, Deus fala em Jesus, a Palavra Viva; Sentados, os fiéis ouvem a explicação do padre sobre a Palavra de Deus na Homilia; Os fiéis respondem a Deus, de pé, na Profissão de Fé (o “Creio” é o resumo de pontos essenciais de nossa fé católica); Os pedidos são feitos na Oração dos Fiéis. *Liturgia Sacramental*: Apresenta-se a Deus o Pão e o Vinho, como ofertas, enquanto canta-se o cântico das ofertas; Em nome da comunidade, o padre pede que Deus receba os dons, na Oração sobre as oferendas; O Prefácio é um hino de ação de graças a Deus; O Pai Nosso ensina que toda a comunidade tornou-se filhos do mesmo Pai e comprometidos com o seu Reino; Na Oração e abraço da paz, faz-se um exercício de fraternidade, perdoadando-nos uns aos outros, para poder receber o único Pão da Vida; O padre convida a comungar. Pela comunhão, Cristo reparte-se para unir no corpo místico que é a sua Igreja; Após haver comungado, o agradecimento acontece rezando, cantando ou em silêncio. O padre reza a oração final, que é um compromisso com o Cristo que foi recebido na comunhão. “Com essa oração, a Igreja procura cumprir o mandato que recebeu de Cristo, de orar incessantemente, louvando a Deus e pedindo-Lhe por si e por todos os homens. A Liturgia das Horas, que é uma antecipação para a celebração eucarística, não exclui, mas requer de maneira complementar, as diversas devoções católicas, particularmente a adoração e o culto do Santíssimo Sacramento”. (igreja católica,Wikipédia).

Mas, não basta seguir só os rituais e liturgias, os fieis tem que acompanhar as encíclicas e doutrinas da fé católica, para ser considerado pela Igreja Católica como verdadeiro Cristão. Recente em encontro com vários Bispos no Sínodo que durou três semanas no Vaticano. O Papa Francisco criticou os conservadores da Igreja Católica no Sínodo na Cidade do Vaticano. Segundo matéria publicada em O Globo, (sociedade) em 25/10/2015, que debateu durante três semanas. “O lugar da família moderna da Igreja Católica”, em encontro que teve a presença de 270 Bispos e Cardeais, para discutirem “Reforma da Igreja” relativa aos casos de indivíduos divorciados que voltam a se casar, que não visão da maioria deles “deve continuar sendo proibidos”. O Papa Francisco, criticou o documento que enfatiza que a abertura para divorciados que desejem casarem deva continuar sendo proibido. A Igreja deve enfrentar questões difíceis “sem medo de enterrar as cabeças na areia”. O texto do documento aprovado para apreciação do Papa Francisco, segundo porta voz do Vaticano, Frederico Lombardi: “Reafirma os ensinamentos da Igreja de que os homossexuais não devem sofrer discriminação na sociedade, mas repete a posição de que “não há qualquer fundamento” para pessoas do mesmo sexo, que não pode nem mesmo remotamente “ser comparado a uniões heterossexuais”. O documento fala de um “foro interno” em que o sacerdote e o bispo pode trabalhar com um católico que se divorciou e casou novamente, para decidir isoladamente ou em particular de cada caso. “Para que isso aconteça às condições necessárias de humildade, discrição, amor a igreja e seus ensinamentos devem ser garantidos em busca de uma vontade de Deus”, diz o texto.

2.1.3 A REFORMA PROTESTANTE E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL

A reforma protestante teve início com Martin Lutero em 1518, protestando contra a venda de indulgência pela igreja católica. Na catedral de Winttenberg foram pregadas 95 teses, que condenavam a avareza e o paganismo. O protestantismo se disseminou principalmente nos meios urbanos e por meio da nobreza da época. Os protestantes, assim chamados após a Reforma, afirmavam que “foi um movimento que objetivava conduzir a igreja ao cristianismo primitivo, à sua pureza original. Para esse segmento a Bíblia é a expressão de autoridade da igreja”.

Com o crescimento das idéias de Martin Lutero, por vários países. O protestantismo ganhou dimensão espacial, com seu principal seguidor João Calvino.

“O termo protestante não foi inicialmente aplicado aos reformadores, mas foi usado posteriormente para descrever todos os grupos que protestavam contra a Igreja Católica, Ortodoxa ou Ortodoxa Oriental. “As diferenças entre a doutrina católica e a doutrina da maioria dos grupos protestantes é grande. Segundo o site de pesquisa, *www.suapesquisa.com*, as principais doutrinas são: ”Salvação pela fé; presença da verdade somente na Bíblia; Extinção do clero regular (ordens religiosas); Livre interpretação da Bíblia, sem as necessidades de pregadores, padres ou intermediários; fim do celibato (proibição do casamento de padres, por exemplo); proibição de uso de imagens nas igrejas; Uso do alemão nos cultos religiosos (não tem latim como única língua); e por ultimo: Eucaristia e batismo como únicos sacramentos validos”.

Genericamente, as suas divergências mais significativas dizem respeito ao papel da oração e das indulgências; a comunhão dos santos; à doutrina do pecado original e da graça; à predestinação; à necessidade e natureza da penitência; e ao modo de obter a salvação, com os protestantes a defenderem que a salvação só se atinge apenas através da fé (sola fide), em detrimento da crença católica de que a fé deve ser expressa também através das boas obras (essa grande divergência levou a um conflito sobre a doutrina da justificação)”. (Wikipédia, protestantismo).

Os principais seguidores do protestantismo no Brasil são as igrejas evangélicas de denominações: Batistas, Congregacional, Calvinista, Luterana, Metodista, Pentecostal, Presbiteriana, e a Universal do Reino de Deus. O crescimento das igrejas evangélicas, em particular, as pentecostais estão associados para além da fé. Devido à possibilidade da difusão da sua doutrina na grande mídia, principalmente nas TVs e rádios difusores de conteúdo. As igrejas têm ganhado cada vez espaço na sociedade brasileira atravessando fronteiras, e também levando os seus dogmas e doutrinas, para países da África, Américas e Europa.

Os principais pontos da reforma protestantes difundidas por Martinho Lutero, Ulrich Zwingli, John Calvin (João Calvino) e John Knox, foram as “Cinco Solas” (sola é a palavra latina para única) da Reforma. “Sola Scriptura, somente a Escritura: afirma a doutrina bíblica de que somente a Bíblia é a única autoridade para todos os assuntos de fé e prática. Sola Gratia, somente a graça (salvação somente pela

graça): afirma a doutrina bíblica de que a salvação é pela graça de Deus apenas, e que nós somos resgatados de Sua ira apenas por Sua graça. Sola Fide, somente a fé (salvação somente pela fé): afirma a doutrina bíblica de que a justificação é pela graça somente, através da fé somente, por causa somente de Cristo. Solus Christus – somente Cristo: afirma a doutrina bíblica de que a salvação é encontrada somente em Cristo e que unicamente sua vida sem pecado e expiação substitutiva são suficientes para nossa justificação e reconciliação com Deus o Pai. Soli Deo Gloria, glória somente a Deus: afirma a doutrina bíblica de que a salvação é de Deus, e foi alcançada por Deus apenas para Sua glória”. (gotquestions.org).

2.1.4 NIETZSCHE, O ANTICRISTO

Em contraponto as teses de salvação da alma pregada pelos cristãos. Nietzsche, fez duras críticas aos dogmas da igreja católica e a ressurreição de Cristo o Nazareno. Para Nietzsche, o homem superior sucumbiu à preservação a vida saudável: “Corrompeu até mesmo as faculdades daquela natureza, ensinando que os valores intelectuais são apenas pecado, descaminhos, tentações”. Nietzsche entende que o cristianismo é a religião da compaixão. E a compaixão está em oposição ao sentimento vital. “O homem perde o poder quando se compadece. Através da perda de força causada pela compaixão e sofrimento acaba por multiplicar-se”. Nietzsche tece severa crítica aos teólogos que pregam em nome de Cristo. “Todo aquele que possui sangue teológico em suas veias é cínico e desonrado em todas as coisas.

As pessoas constroem um conceito moral, de virtude, de santidade a partir dessa falsa perspectiva das coisas. Fundamentam a boa consciência sobre uma visão falseada, subterrânea que se pode encontrar na terra”. Segundo Nietzsche, a fé para o cristianismo, “pathos” é uma fé de fechar os olhos. Nele venera as condições que o tornam vitorioso. “Projeta o prazer que tem em si, o sentimento de poder num Ser a quem pode dar graças. Quem é rico que dar um povo orgulhoso, precisa de um Deus para sacrificar”. Nietzsche entende que a religião é uma forma de agradecimento a Deus. “Deus deve ser útil e prejudicar, deve poder ser amigo e inimigo e é admirado pelo bem e pelo mal”.

O conceito de Deus para Nietzsche é um conceito corrupto sobre o homem na terra. “O nada divinizado em Deus, a vontade do nada santificada”, Nietzsche ver

o budismo mais realista que o cristianismo, mais positivista. “Já não diz a luta contra o pecado: “não é pelo ódio que se porá fim à hostilidade; o Budismo não é religião que simplesmente se aspira á perfeição: a perfeição é uma coisa natural”.

Nietzsche ver nas camadas pobres da sociedade, um apelo maior a divindade cristã pelos servos e dos oprimidos. “Exercita-se como uma ocupação, como remédio contra o tédio, a casuística do pecado, a autocrítica, o exame da consciência; aqui se mantém invariável (pela oração) a emoção perante um poderoso chamado Deus”. Para que Deus seja uma figura popular, Deus tem que ser jovem para o fervor das mulheres e um belo santo para os homens. A existência da castidade “reforça a veemência e a interioridade do instinto religioso”.

Nietzsche ver a religião cristã amparada em três virtudes básicas: fé, caridade e esperança. A salvação vem dos Judeus: “Os Judeus são, pois o povo mais funesto da história universal, que ainda hoje o cristão pode sentir-se anti-judeu, sem assim mesmo se compreender como a última conseqüência do Judaísmo”. E conclui Nietzsche, condenando o cristianismo: “Condeno o Cristianismo, lanço contra a igreja a mais temível das acusações que, alguma vez um acusador pronunciou. A igreja cristã nada deixou intocado pela sua corrupção. Chamo ao Cristianismo a última grande calamidade, a última depravação interior, o único instinto de vingança, para qual nenhum meio é suficientemente venenoso, sob-reptício, subterrâneo, baixo, chamo a única nódoa imortal da humanidade realidade”.

Finalizando, Nietzsche Adenda Lei contra o Cristianismo, vociferando: “É vício toda a espécie de antinatureza. O mais vicioso é o sacerdote. Toda a participação num serviço divino é um atentado a moralidade pública. O elemento criminal em ser cristão aumenta na medida em que alguém se aproxima da ciência. Por conseguinte, o criminoso é o filósofo”.

3. A BIBLIA E O DISCURSO RELIGIOSO AFRICANO

O continente africano e o estudo da Bíblia, nos remontam a África do profeta Moisés, cuja história “Pentateuco”, consta no livro Sagrado na sétima parte da Bíblia. No estudo de Andre Barros, “O Discurso Religioso no Olhar da Igualdade Racial”, o autor afirma que o sofrimento e exílio da diáspora Judaica, conta a história de um povo dominado por outro povo estrangeiro do Egito. “Ver-se-á o mapeamento

de personagens e contatos africanos no Antigo e no Novo Testamento, dos papas e bispos africanos do início da Igreja e suas contribuições e a relação entre artistas afro-descendentes brasileiros que usaram como tema os trechos bíblicos”.

A religiosidade do negro brasileiro assim como o africano, não é igual em termos de cultura religiosa. Salienta Andre Barros que “traços fisionômicos, qualidade morais, sangue, cor da pele e língua”, não são capazes de distinguir uma espécie pertencente aquela ou aquela raça. E questiona-se: “Como é possível, em sociedade, conhecer e respeitar o próximo, independente de sua condição ou opção sexual, racial, religiosa, cultural”?

“A manutenção de identidades racializadas, étnico-culturais e religiosas, é obviamente relevante a autocompreensão dessas comunidades. O fator da "negritude" é decisivo para a identidade da terceira geração de afro-caribenhos, assim como e a fé hindu ou muçulmana para a segunda geração de certos asiáticos. Mas certamente essas comunidades não estão emparedadas em uma Tradição imutável. Assim como ocorre na maioria das diásporas, as tradições variam de acordo com a pessoa, ou mesmo dentro de uma mesma pessoa, e constantemente são revisadas e transformadas em resposta as experiências migratórias. Há notável variação, tanto em termos de compromisso quanto de prática, entre as diferentes comunidades ou no interior das mesmas – entre as distintas nacionalidades e grupos lingüísticos, no seio dos credos religiosos, entre homens e mulheres ou gerações”. Hall, 2003,p.66.

A CRFB, Dos Direitos e Garantias Individuais, positiva o entendimento que todos nós, brasileiros somos iguais perante a Lei, não ocorre. São muitas as desigualdades regionais, entre a camada mais e rica e a mais pobres, sejam no sudeste sul, centro oeste norte e nordeste; porém na prática vimos desigualdades sociais e raciais, entre os negros e índios. A historiografia do Brasil diz que a libertação dos negros se deu em 1888, pela princesa Isabel que instituiu a Lei Áurea. Esse fato bastante controvertido foi citado por Mary Del Priori. “A opinião pública estava nas ruas, os tambores estavam tocando, militares, maçons, positivistas, espíritas,liberais e conservadores, o Brasil todo a favor da abolição”.

Apesar de libertos, o negro não podiam professar sua fé ancestral devido ao doutrinamento cristão. “Paciência, resignação e obediência eram o catecismo que

os padres ensinavam ao escravo. Alguns chegavam a dizer que os negros eram filhos “do maldito” e constituíam uma raça de condenados cuja salvação estava em servir ao branco com paciência e devoção. Outros representavam o papel de mediadores entre a casa-grande e a senzala. Pregavam a obediência a uns e a moderação e benevolência a outros. Dizia-se nessa época que a confissão era o melhor antídoto contra as insurreições.” (VIOTTI, in: SILVA, 1987, p. 13) [itálico do autor]

Segundo as teorias de Boyer. “A identidade que caracteriza uma pessoa ou uma comunidade não deveria ser um elemento opressor, como é o caso do que foi feito com o negro nestes últimos quinhentos anos de colonização europeia e escravidão“.

3.1 OS ORIXAS, E O SINCRETISMO RELIGIOSO

Com a vinda dos negros escravizados para o Brasil, vieram também: as diversas etnias, tradições culturais, culto e os arquétipos relacionados aos deuses africanos. “Cada orixá tem ainda o seu sistema simbólico particular, composto de cores, comidas, cantigas, rezas, ambientes, espaços físicos e até horários. Como eram proibidos de cultuarem seus deuses, em meio à perseguição religiosa. Os negros cantavam e dançavam sem, contudo, manifestarem as suas crenças nos seus orixás, dando a impressão que cultuavam os santos católicos. “Mas cabe lembrar: os negros só usavam as imagens católicas no propósito de esconder suas obrigações, em hipótese alguma os negros cultuavam os santos católicos como orixás”. (lenda dos orixás).

Os orixás ganharam status de deuses católicos, alguns com as seguintes características: “Oxalá – Jesus Cristo; Oia – Santa Clara; Oxum – Nossa Senhora Aparecida; Oxumaré – São Bartolomeu; Oxossi – São Sebastião; Oba – Santa Joana D’Arc; Xangô = São Jerônimo; Ogum – São Jorge; Iansã – Santa Barbara; Obuluaê – São Lázaro; Omúlu – São Roque; Iemanjá – Nossa Senhora da Conceição, Glória e Navegantes e Naua, - Santa Ana”. Os orixás ganham forma em diferentes culturas e cidades brasileiras, devido à perseguição religiosa.

As principais religiões de Matrizes Africanas no Brasil, cultuadas hoje pelo povo africano no Brasil, são as religiões de matizes africanas, Umbanda e

Candomblé, que ainda hoje no Brasil, passados cinco séculos, que sofrem constantes ameaças e apedrejamento de seus líderes, por membros das igrejas pentecostais e católica, sendo a primeira em maior grau.

3.1.1 O QUE É LIBERDADE RELIGIOSA

É o direito de preservar seus valores culturais de crença, fé sem discriminação social do meio que vivem seus familiares, comunidades e aldeias, sejam nas metrópoles ou na cidade. É o poder cultivar seus mitos, deuses, sem a discriminação social por indivíduos, grupos de indivíduos, ou representação institucional do poder de estado. Isso significa dizer que todo mundo pode ter a sua religião independente da sua condição social, econômica e política. Ter ou não ter religião depende de cada pessoa e varia de pessoa, comunidade e civilização.

A Liberdade Religiosa não pode ser ditada pelo estado brasileiro, pois conquistamos a liberdade de cultivar uma fé, ou mesmo não ter fé em nenhuma religião. Isso foi uma conquista da sociedade civil, positivada na Constituição cidadã de 1988. O Estado brasileiro é Laico, não tem vinculação com qualquer religião. “A liberdade religiosa deve ser compreendida, então, não meramente como uma imunidade à coerção, mas até mais fundamentalmente como uma habilidade de ordenar as próprias escolhas de acordo com a vontade de cada indivíduo”.

3.1.2 O QUE É RELIGIÃO

A religião está diretamente ligada a algo superior, transcendente, que liga a alguém a um ser supremo. “Religião deriva do termo latino "Re-Ligare", que significa "religação" com o divino. Essa definição engloba necessariamente qualquer forma de aspecto místico e religioso, abrangendo seitas, mitologias e quaisquer outras doutrinas ou formas de pensamento que tenham como característica fundamental um conteúdo Metafísico, ou seja, de além do mundo físico”.

Na CRFB/88, apesar de facultativa, o Artigo 5º define a Religião como sendo: "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias".

3.1.3 O QUE É FÉ

A Fé é um sentimento, uma crença em algo superior, em algo sobrenatural, que esta acima de nós humanos, muito além dos nossos próprios sentidos. O homem é um ser mortal, que tem prazo fixo para nascer, viver e morrer. Segundo o estudo da ciência: “O homem nasce, cresce, reproduz e morre”. Por isso o homem acredita em um ser superior, acima de tudo e de todos. “Ter fé implica uma atitude contrária à dúvida e está intimamente ligada à confiança”. “Em algumas situações, como problemas emocionais ou físicos, ter fé significa ter esperança de algo vai mudar de forma positiva, para melhor”.

A Fé esta relacionada em crer e acreditar em um objeto ou um deus inanimado. Geralmente a fé esta relacionado a uma identidade religiosa, uma fé, que pode ser “monoteísta, dualista ou politeísta”. A fé se manifesta de várias maneiras e pode estar vinculada a questões emocionais (tais como conforto em momentos de aflição. Pode estar direcionada a alguma razão específica (que a justifique) ou mesmo existir sem razão definida. E, como mencionado anteriormente, também não carece absolutamente de qualquer tipo de argumento racional”. **“Ora, a fé é a certeza de coisas que se esperam a convicção de fatos que se não vêem.” (Hb 11. 1).**

A Fé nos dias atuais no Brasil, esta mais relacionada às religiões cristãs (catolicismo e protestantismo), embora tenhamos religiões de Matrizes Africanas, como a Umbanda e o Candomblé, que são cultuados por um segmento expressivo da nossa sociedade, além de religiões pré- colombiana, as religião indígenas, de diversos culturais. Segundo estudo, existem aproximadamente ainda 180 línguas e dialetos indígenas no Brasil.. **“Ora, a fé é a certeza de coisas que se esperam a convicção de fatos que se não vêem.” (Hb 11. 1).**

4. O QUE É SEITA

A Seita religiosa representa um grupo de pessoas que professam uma fé em uma religião, que converge em uma ideologia, podendo ser entendido como “fundamentalista”, por acreditar em uma única fé. O perigo desse fundamentalismo é pensar pelo povo, esquecendo a pluralidade de religiões. "A sectarização, porque mítica e irracional, transforma a realidade numa falsa realidade, que, assim, não pode ser mudada" (idem). Portanto, é um obstáculo para a emancipação dos

homens. “O sectário em sua irracionalidade não percebe a dinâmica da realidade, o que lhe impossibilita perceber a unidade dialética”. Rodrigues, Donizete, *Revista ANTHROPOLOGICAS*, ano 12, volume 19(1): 17-42 (2008).

A Seita geralmente esta associada a um grupo de pessoas de uma mesma religião. As seitas, por sua vez, não aspiram à universalidade da Igreja, pois são mais exclusivistas, os critérios de admissão são rígidos, só aceitam pretendentes considerados aptos, com base nas suas qualidades religiosas e morais. No entanto, as seitas são por natureza corporativista, pois, para subsistir, são obrigadas a recrutar o maior número possível de adeptos; ou seja, a pratica do proselitismo, que é uma das suas principais características

4.1 PROSELITISMO RELIGIOSO

O proselitismo religioso, do grego prosélytos, funciona como uma indução a uma pessoa ou grupo de pessoas a se converter a uma determinada religião ou doutrina religiosa. O termo proselitismo hoje em dia esta muito associada ao charlatanismo de pessoas que utilizam a fé para iludir as pessoas professando uma fé religiosa. Geralmente os proselitistas utilizam argumentos apelativos e sensacionalistas com o objetivo de ludibriar o crente na fé. “A única esperança real por uma tolerância verdadeira esta em descobrir o que nos tem em comum e também respeitar a diversidade” (Lyon, 1998, p117).

4.1.1 A DIDÁTICA DO ENSINO DE RELIGIÃO E A LDB

A Lei de Diretrizes de Base (LDB 9394/96) define o ensino religioso, como sendo facultativa e constitui em matéria normal nas escolas de ensino médio e fundamental, constituindo-se como parte integrante da formação básica do cidadão nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo e discriminação religiosa”.

A Lei 10.639 acrescenta dois artigos da Lei de Diretrizes e bases estabelecendo o estudo o estudo da África e do ensino das culturas afro-brasileiras. A Lei. 11.645 passam a contemplar as populações indígenas nos estudos do fortalecimento da consciência política e historia da diversidade; o fortalecimento de identidades de direitos e ações afirmativas de combate ao racismo e as discriminações. A educação do ensino religioso, nas unidades escolares devem

tratar de temas diversos, que tenha vinculação com a realidade da comunidade indígena e quilombola, garantindo um olhar interdisciplinar e transversal das matérias em estudo, não se restringindo a datas comemorativas. O Estudo de (ER) Ensino Religioso é uma ciência nova, que são estudados no Campo das Ciências Sociais e Humanas, Ciência da Religião, Sociologia Política e a Antropologia.

As Ciências Sociais tratam do fenômeno sócio, do desenvolvimento da sociedade no tempo e no espaço e tem por objetivo o estudo e a dimensão do poder que permeia as relações dos homens, as classes sócias e o Estado. O ER sempre esteve presente no Brasil desde sua fundação trazida pelos Jesuítas em 1549, e passando a ser excluída das escolas brasileiras através da Proclamação da República em 1889, ocasião em que separou a Igreja do Estado.

A Educação é um processo de humanização. Ou seja, é processo pelo qual se possibilita que os seres humanos se insira em sociedade humana. “Portanto, sua tarefa é que se aproprie o instrumental, científico, técnico, tecnológico, de pensamento, político, social e econômico, de desenvolvimento cultural, para que sejam capazes de pensar e gestar soluções. A educação enquanto reflexo, retrata, reproduz a sociedade; mas também projeta a sociedade que se quer” (Pimenta 2002).

A Laicidade deve ter a predominância do ensino religioso, em atenção ao Art. 5º da Constituição, quando menciona: “Todos são iguais perante a Lei”. Neste sentido não pode haver inclinação de qualquer denominação religiosa e/ou dominação do estado, em função do direito de qualquer cidadão proferir sua fé. A Laicidade pressupõe a neutralidade confessional do Estado e das Instituições. As aulas de ensino religioso não pode ser aula de catequese. Deve se observar o conteúdo mínimo de filosofia, história, ciências sociais e política além de estudo antropológico dos primeiros povos habitantes do Brasil que é a comunidade indígena.

4.1.2 A RELAÇÃO ENTRE FÉ E SOCIEDADE

A Relação entre fé e sociedade esta intimamente relacionado à fé proferida pelo individuo ou grupos de indivíduos de uma determinada sociedade. “O que pensamos ou o que imaginamos, imaginamos porque é expressão de algo fora de nós. O que se faz é determinado pelo tipo de sociedade em que se vive – e o que parece “instintivo” em uma sociedade, não faria o menor sentido em outra”.

Geralmente a fé está relacionada à crença em um ser divino, ou mesmo, aos fenômenos naturais, físicos e químicos da natureza, como: “vento, fogo, água e ar”, com uma contemplação íntima com “o meio ambiente”.

O ser humano é um ser gregário que vive em sociedade. “Diz-se dos animais que vivem em bandos ou em grupos. Que é próprio das multidões: ilusão gregária. Instinto gregário, tendência que leva os homens ou os animais a se juntarem, perdendo, momentaneamente, suas características individuais.” O Homem é um ser social e para compreender o humano, é necessário conhecer a sociedade onde ele está inserido, o contexto social da sociedade onde vive. Não existe homem fora da natureza: é na relação com ela que o ser humano existe enquanto tal. O homem é “constituído enquanto humano exatamente porque resultado de um determinado momento de um grupo historicamente situado que se relaciona entre si e com a natureza de uma forma específica e peculiar” (FONTES, 2003: 19).

4.1.3 ESTADO RELIGIOSO, LAICO E ATEU

O Estado Religioso existiu no Brasil até a proclamação da República em 1889, onde o catolicismo era a Religião oficial do Brasil e estava atrelado ao estado Imperial. Com a tomada do poder pelos “Revolucionários Republicanos”, o Brasil passou a adotar o Estado Laico, dissociado de qualquer religião ou dogma religioso. É um conceito que separa as ações do estado do envolvimento do governo nos assuntos religiosos. A expressão, Estado Religioso se auto-explica, pois se trata de um País ou Província em que existe uma religião oficial. Os Estados Religiosos possuem algumas em semelhanças em relação à tradição religiosa estatal, as principais são: Financiamento público; Patrimônio doado pelos poderes constituídos; Líder da religião com poderes de Ministro de Estado (inclusive poder de polícia); Controle da literatura escolar e de opinião; Isenção de Tributos; Repúdio e Represália a qualquer outra religião, seita ou credo religioso; Existência de um tribunal religioso (CIFUENTES, 1989).

O Estado Ateu, Laico, é democrático, participativo, não possui uma predominância de qualquer religião e na crença de qualquer deus. “Outra classificação existente é *Estado Ateu*. Os estados ateus ou ateístas são aqueles que proíbem qualquer forma de manifestação religiosa, inclusive, punindo os indivíduos

que desobedeçam à determinação do Governo. Como exemplo de Estado Ateu com leis rigorosas, cita-se a China e os Países situados no extremo Oriente Médio”.

5. DIVERSIDADE E PLURARIDADE RELIGIOSA

A fé e religião, caminham juntas, e tem amparo legal na Constituição Federal, se materializando do “Estado Democrático de Direito”; Podemos assim entender que a sociedade brasileira é plural, secular e que convivem no núcleo, no seu interior, varias denominações religiosas. As mais expressivas religiões no Brasil, são as religiões de orientações: Católica, Evangélicas (Petencostais), Kardecista, Umbandistas, Candomblecistas, de Orientação Judaica, Budista, e/ou Indígena, essa ultima bastante diversificação, pois, cada grupo ou etnia, tem seu próprio Deus, e crença.

A diversidade religiosa é um marco comum da Declaração Universal dos Direitos Humanos, positivada na CRFB, quando menciona nos Direitos e Garantias Individuais, a Liberdade de Culto, Crença, Religião, cuja premissa e associação para fins pacíficos. Daí a diversidade que do Latim, diversitate, dessemelhança, dissimilitude que significa o contrario de homogeneidade. “A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana e no art. 5º, estabelece que a diversidade cultural são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes” (UNESCO, 2002).

“E, portanto, diversidade cultural é diferença existente entre as culturas, ou seja, cada cultura tem sua forma de conceber o mundo, de modo que não há lugar para discriminação e hierarquização de valores. Pois as culturas, por serem originais, possuem necessidades peculiares, e, por isso, não podem ser uniformizadas, porque entra em jogo a questão do significado do que cada produção cultural (em termos de símbolos, tradições, ritos, idioma, alimentação, música, dança, arte, moda, arquitetura, entre outros), representa para cada sociedade.” (Lidia Kladubitski, p.29 a43,2012).

Assim a diversidade é característica essencial de um povo, pois é possível perceber através de valores culturais, religiosos a sua identidade. As diferenças culturais são formadas ao longo do tempo, das relações sociais e de poder. “Muitas

vezes, certos grupos humanos, por se considerarem melhores e mais evoluídos, tornam outros grupos diferentes de seus, inimigos, para dominá-los e escravizá-los”.

“Portanto, cada religião é peculiar, por expressar diferentes linguagens, diferentes formas de acreditar, de celebrar, de rezar, de relacionar-se com alteridade e de simbolizar de formas diferentes esses fenômenos religiosos vivenciados pelos membros de cada cultura. A partir desse pensamento, não há lugar para discriminação e hierarquização de valores e de culturas religiosas, uma vez que as culturas não podem ser comparadas, hierarquizadas”. (Lidia Kladubitski, p.29 a 43,2012)

5.1 O QUE É TESTEMUNHO DE FÉ

O Testemunho da Fé, para os Hebreus, está relacionado ao Deus de Abraão, no Antigo Testamento, e para os cristãos, está relacionado aos ensinamentos de Jesus Cristo, filho de Deus, segundo escrituras no Novo Testamento há mais 2000 anos. O Testemunho de fé nas religiões protestantes ou mesmo católica, são demonstrações de arrependimento cometidos pelo indivíduo, grupo de indivíduos, comunidades religiosas, “que pode ser perdoado com uma oração, penitência em rito de fé”. Através da oração, o profano ou o pecador, encontra a ressurreição do mundo dos mortos, podendo habitar em um mundo celestial chamado de paraíso. Na Antiguidade pré-clássica e mesmo em Roma, juramentos solenes eram feitos levando a mão direita aos testículos. Havia uma relação entre os vocábulos testículo e testemunha. Os testículos seriam tomados por testemunhas do ato sexual e da virilidade. A palavra latina para testemunha era testis. Testemunha seria a terceira pessoa que poderia descrever os fatos, de forma imparcial, que testemunharia acordo. Skinner confirma esta hipótese quando ensina que um romano sem testículo não seria aceito como testemunha. Estas explicações se fundamentam na informação de que “testis” deriva de “tristis”, que é formado por “tres” (três) mais “stare” (ficar de pé)

5.1.1 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O COMPROMISSO COM A FÉ

A participação política, a religião e o poder, sempre estiveram intimamente ligados. Desde os primórdios da civilização, passando pela idade média moderna e contemporânea, a “religião e o poder” sempre estiveram juntos.

Desde a pré- história até nossos dias, o homem sempre nutriu a adoração aos “mortos” como uma forma de “agradar os deuses”. Nos dias atuais, vimos no Brasil uma disputa política entre as igrejas evangélicas x católicas, pela conquista espaço no poder político institucional. Já são vários parlamentares eleitos para as casas legislativas nos municípios, estados, e na Câmara dos Deputados e Senado em Brasília. Apesar das críticas a participação de católicos e evangélicos na política, a realidade é que estamos representados por uma elite liberal, religiosa que hoje pautam a agenda do congresso. Afinal o que querem os evangélicos na política? A professora Bruna Suruagy do Amaral Dantas da Universidade Mackenzie em seu trabalho de Doutorado pela PUC, *Religião e Política: Ideologia e Ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal* que ouviu parlamentares eleitos “evangélicos”, pontuou a agenda política e conservadora

O tema atual pautado pela Igreja Católica, é a “Reforma do Sistema Eleitoral!” atravessa representação Política. O presidente da CNBB ressaltou que é papel da Igreja Católica ser "advogada da Justiça e da verdade. Segundo dom Raymundo Damasceno, a Igreja não se identifica com partidos políticos, porém, tem uma "função social" de orientar os fiéis”.

Atualmente a OAB, ABI e a CNBB, lançaram um manifesto, cujo texto afirma que o Brasil vive grave crise político institucional: “graves dificuldades político-sociais” e que, atualmente, o país, as instituições democráticas e o processo eleitoral passam por uma "inquestionável crise". "Urge, portanto, para restaurar o prestígio de tais instituições, que se proceda, entre outras inadiáveis mudanças, a proibição de financiamento empresarial nos certames eleitorais, causa dos principais e reincidentes escândalos que têm abalado a nação". (**Lucas Salomão** Do G1, em Brasília 25/02/2015).

“Se a política eleitoral e a ação dos mandatários são as principais ferramentas de promoção do bem comum numa sociedade democrática, não dá para dizer que o Cristão que assume verdadeiramente a sua fé pode deixar de lado a política, uma vez que esta também é um importante instrumento de instauração da justiça social”. (Fé e Política, <http://feepolitica.blogspot.com.br/>)

Em um Estado laico todo poder emana da vontade do ser humano, e não da idéia que se tenha sobre a vontade dos deuses ou dos sacerdotes, Segundo, Simone Andréa Barcelos Coutinho, procuradora em Brasília do município de São Paulo, “Se o poder emana do ser humano, o direito do Estado também dele emana

e em seu nome há de ser exercido. Num Estado laico todo poder emana da vontade do ser humano, e não da idéia que se tenha sobre a vontade dos deuses ou dos sacerdotes”, escreveu. “Se o poder emana do ser humano, o direito do Estado também dele emana e em seu nome há de ser exercido”.

”Após o final das apurações das urnas, diferentemente do que os primeiros dados apresentavam, houve, sim, um aumento da Bancada Evangélica em Brasília, que chegou a 71 membros, se acrescentarmos ao número os candidatos eleitos da Igreja Universal do Reino de Deus (com algumas posições diferentes das defendidas da Bancada Evangélica) e contarmos ainda como sendo certas as eleições de alguns candidatos com situação ainda indefinida perante a Justiça Eleitoral. Assim, o número ultrapassaria o recorde de 2003, quando a Frente Parlamentar Evangélica era composta por 68 membros nas Eleições 2014.

Até mesmo partidos considerado de esquerda como o PSOL, elegeu em seus quadros, um parlamentar com orientação evangélica, que defendeu alterar o texto da Constituição Federal, através da PEC 12/2015, condicionado todo poder a Deus, incluindo a frase: “todo poder emana de deus”. Segundo a matéria publicada no jornal www.online:noticias.gospelmais, publicado em 26 de março de 2015, assinada pelo jornalista Tiago Chagas. O Deputado Daciolo sustentou a seguinte tese: “Como cristão não tenho receio em declarar que a Bíblia é, e sempre será, a minha regra de fé e pratica. Nas Sagradas Escritura a cláusulas pétreas esta no seu início ao fim. Está escrito em Romanos 13.1 que: “Toda alma esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus”. Segundo o Deputado: “A legitimidade do povo para votar e exercer a cidadania conquistada através do instrumento da democracia não exclui a autoridade de Deus sobre as nossas vontades e desígnios. Como proponho nesta Proposta de Emenda à Constituição, todo o poder emana de Deus e nada pode alterar essa verdade. “Se Deus pode nos proteger de algum mal, logo subtende que o poder está em suas mãos”, fundamentou parlamentar.

O crescimento dos movimentos religiosos de inspiração pentecostal na América Latina, subcontinente tradicionalmente católico, é um dos fenômenos culturais mais surpreendentes da atualidade. De um contingente que se apresentava como uma subcultura avessa à exposição pública e auto-enclausurada, hoje sua

presença se destaca não apenas no que diz respeito ao contingente numérico, mas principalmente por sua visibilidade nos meios de comunicação de massa". Sociologicamente se fala de pentecostalismo como da "religião dos pobres". Com isso alude-se não só às pessoas que o iniciaram mas também ao fato de que entre os pobres a fé cristã costuma ser entendida e vivida de maneira diferente da das classes acomodadas. Os pobres não possuem livros, e mesmo que os tivessem não disporiam de tempo e de preparação para estudá-los. Isso leva a uma religião que dá pouca importância ao fator intelectual e muita ao emocional, aos sentimentos. Os conceitos só são aceitos quando confirmados, convalidados e legitimados pelos valores da própria cultura.

[...] Nesta denominação, os pastores afirmam que só não é abastado quem não quer: as bênçãos estão ao alcance de todos mediante a fé, inclusive com a alteração radical de realidades miseráveis em vidas prósperas; porém, se alguém tiver qualquer envolvimento direto ou indireto com o Diabo ou não estiver disposto a "sacrificar" para a obra de Deus, não será agraciado. Este mecanismo permite explicar porque muitos fiéis não alcançam a graça. Por estas razões de ordem doutrinária, a dinâmica Bênção $\frac{3}{4}$ Diabo $\frac{3}{4}$ Posse, e, em outro extremo, a vontade de Deus, é que a Teologia da Prosperidade corrobora com o anseio de acomodação ao mundo de certas lideranças, com a possibilidade de mobilidade social para alguns fiéis e com a manutenção de um status já adquirido para outros, sem o sentimento de culpa. Em vez de ouvir num sermão que "é mais fácil um camelo atravessar um buraco de agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus" (Mateus 19,24 e Marcos 10,25), agora a novidade reside na possibilidade de desfrutar de bens e riquezas, sem constrangimento e com a aquiescência de Deus. (Rev. bras. Hist. vol.22 no.43 São Paulo 2002).

5.1.2 ETNOCÍDIO AS TRADIÇÕES INDIGENAS

A partir do ano de 1500, vieram os portugueses em suas embarcações a procura do novo mundo para expandir suas especiarias. Aqui chegando se depararam com povos primitivos, nus, pacíficos e que não se opuseram a ocupação pelo colonizador. Aproveitando a hospitalidade dos ameríndios os portugueses ergueram a primeira cruz e rezaram a primeira missa católica. Passado os primeiros momentos de hospitalidades e trocas de indumentárias, não demoraram a

apropriarem-se dos bens materiais, naturais, em especial o pau Brasil muito valioso na Europa.

Com a resistência dos indígenas ao trabalho escravo, restaram aos portugueses a prática do genocídio aos povos indígenas que não se submetiam às ordens do senhor. Em um primeiro momento eles escravizavam as tribos não alinhadas com a coroa, aproveitando a dissidência e guerra de algumas etnias.

Antes mesmo dos portugueses adentrarem em terras brasileiras, havia uma guerra fratricida entre os Tupinambás e Tupiniquins. Segundo estudo da historiografia, “era comum a tribo vencedora da guerra, comer o outro para adquirir sua força”, por isso os portugueses consideravam os índios canibais. No fundo, essa guerra fazia bem ao colono, que via oportunidade de fazer amigos e aliados. Logo, “aos índios aliados era garantida liberdade em suas aldeias e deles eram garantidos a segurança de sua fronteira, depois catequizados e transformados em vassallos da coroa para combater índios hostis.

“Se o termo genocídio remete à ideia de raça e a vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito.” (Pierre Clastres, *Arqueologia da Violência*, pgs. 83). “Enquanto o genocídio praticado contra o índio no Brasil significou a pronta e imediata negação da vida - ainda hoje comum nas ações do Estado contra comunidades discriminadas -, criminalizadas para legitimar a ação exterminadora, o etnocídio, naturalizado pelo passar indiferente do tempo, convive sem pressa com o outro, no caso o índio, até submetê-lo ao poder dominante, para subjugar-lo cultural, política e juridicamente”. (Blog de Miguel Baldez, 2010).

A Liberdade de Culto foi consagrada na CRFB, porém, é preciso incluir na Constituição artigo resguardando a liberdade de culto e proteção contra a discriminação, para que tais garantias não seriam naturais. “A miscigenação e a intimidade entre a casa-grande e a senzala resultaram em mecanismos de acomodação, como o sincretismo que uniu religiões aparentemente tão diferentes

quanto o catolicismo e o candomblé”. Segundo o Jornal G1, Editorial, de 17/08/14, cujo Título: “O perigo da Intolerância religiosa: “Os fiéis da umbanda e do candomblé — 600 mil pelo Censo 2010 — foram vítimas de 22 das 53 denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, de janeiro a 11 de julho deste ano. Além disso, um estudo da PUC - Rio registrou que, num grupo de 840 terreiros, 430 foi alvo de discriminação, sendo 57% dos casos em locais públicos. O ataque vão de manifestações de preconceito na escola e no trabalho a ofensas pessoais, ameaças, danificação de imagens e até a destruição de terreiros.

A Mãe de Santo Conceição de Lissá, em Duque de Caxias, viu seu terreiro ser atacado oito vezes nos últimos oito anos. Em pelo menos um episódio, fanáticos usaram gasolina para atear fogo no quarto dos artigos usados nas cerimônias. Ou seja, além da humilhação e do dano moral, a integridade física dos fiéis está em risco.

A intolerância, por si só, já é inaceitável. Seja contra orientação sexual, etnia ou crença. Trata-se de um comportamento criminoso que deve ser punido como manda a lei. Felizmente, não chegamos aqui ao ponto de outros países em que grupos se organizam para manifestar publicamente o ódio a homossexuais, negros ou estrangeiros. Mas é melhor não pagar para ver. Adeptos dos cultos afro-brasileiros não só denunciam como organizam sua legítima reação em passeatas contra a intolerância religiosa. Contam com o apoio na sociedade e de representantes de outros credos, com quem têm em comum a convicção de que o respeito à fé alheia é sagrado.”

A Intolerância religiosa, apesar de positivado na CRFB, não condiz com a realidade dos fatos, Diversos templos e terreiros da Umbanda e do Candomblé, sofrem discriminação dos seus cultos. Aqui e ali, vimos diversos terreiros sendo incendiadas, a mando de denominações, e/ou igrejas evangélicas. Ao ponto de diversas instituições buscarem a união de outras denominações, para o combate ao preconceito as religiões de Matrizes Africanas.

O juiz Eugênio Rosa de Araujo, da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, afirmou que os cultos de matrizes africanas não são religiões. Para Eugenio Rosa, ambas as

manifestações de religiosidade não contêm os traços necessários de uma religião a saber, um texto base (corão, bíblia etc.) ausência de estrutura hierárquica e ausência de um Deus a ser venerado", Em contraponto a essa decisão o MP, recorreu da decisão: "Equivoca-se a decisão, tendo em vista que as religiões de matrizes africanas são sim sistemas de crenças, possuem liturgias, corpos com alguma estrutura sacerdotal organizada hierarquicamente, cerimônias, altares, fiéis, ritos, templos (embora via de regra sem suntuosidade, muitos sobre o chão de terra batida, o que em hipótese alguma lhes retira o caráter sagrado) e, essencialmente, a fé em divindades que são cultuadas (adoradas e veneradas, como queira), não obstante possam destoar do padrão hegemônico das religiões majoritárias que a decisão pretende usar como paradigma para restringir o seu alcance. Eis, desse modo, o traço marcante do direito de ser diferente que aqui se dá ênfase.

Além do mais, não se pode olvidar que o objeto da presente ação abrange também a proteção das consciências religiosas, o que, evidentemente, não está condicionado à existência de "livro base" algum, de estruturas hierárquicas" ou mesmo à presença de "um Deus a ser venerado". Vale recordar, afirmar, que mesmo a consciência de ateus e agnósticos são merecedoras de proteção.

Devida a repercussão negativa, O juiz Eugênio Rosa de Araújo, titular da 17ª Vara Federal, voltou a traz declarou em nota à imprensa, que considera cultos afro-brasileiros, como a umbanda e o candomblé como religiões. Representantes de diversas religiões, como evangélicos, judeus, maçons e baha'ís, uniram esforços para derrubar tal preconceito de intolerância religiosa as religiões de Matrizes Africanas. "Vamos unir várias religiões para acabar de vez com esse preconceito".

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma o compromisso solene de todos os Estados de promover o respeito universal e a observância e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas, em conformidade com Carta das Nações Unidas. Os direitos humanos e as liberdades fundamentais são direitos naturais de todos os seres humanos; sua proteção e promoção são responsabilidades primordiais dos Governos. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e promovem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Os Estados e as organizações internacionais, em regime de cooperação com as organizações não-governamentais, devem criar condições favoráveis nos níveis

nacional, regional e internacional para garantir o pleno e efetivo exercício dos direitos humanos. Os Estados devem eliminar todas as violações de direitos humanos e suas causas, bem como os obstáculos à realização desses direitos. Os Governos devem tomar medidas eficazes para preveni-las e combatê-las. DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA (1993) *

5.1.3 IDEOLOGIA

A ideologia em sentido amplo ideal, possui diversos significados que orientam a ação política de um indivíduo, partido político ou grupo organizado em defesa de uma idéia, filosofia ou religião. A sociologia descreve como uma associação de idéias de determinado grupo social. Ela se diferencia da ciência por não ter um fundamento uma metodologia exata capaz de comprovar as idéias defendidas pelo grupo ou agremiação. “O grupo que defende uma ideologia freqüentemente tenta convencer outras pessoas a seguirem essa mesma ideologia. Assim, existem confrontos ideológicos e conseqüentemente ideologias dominantes hegemônicas, dominantes e subordinadas”.

O filósofo alemão Karl Marx, associava a ideologia aos sistemas teóricos, políticos, morais e sociais criados pela classe dominante, para impor uma concepção de mundo à classe dominada que mascara a realidade sem incentivar a consciência transformadora.

“Marx utilizou essa concepção hegeliana para diferenciar dois usos diferentes do conceito de ideologia: um que expressa a ideologia como causadora da alienação do homem, através da separação da consciência; e outra que contempla a ideologia como uma superestrutura composta por diversas representações que compõem a consciência”.

A ideologia definiu geralmente se ampara em um conjunto de idéias de uma época , tanto como opinião geral , quanto na elaboração teórica dos pensadores dessa, para análise da vida real. “Quando o teórico elabora sua teoria, evidentemente não pensa estar realizando essa transposição, mas julga estar produzindo idéias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social do pensador. Até pelo contrário, o pensador julga que com essas idéias poderá explicar

a própria sociedade em que vive. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas”. (Chauí, Marilena p.5, 1980).

O homem é livre para pensar e agir conforme a sua consciência ou espírito onde a vontade se aloja. “O homem livre é, portanto, um ser universal (sempre existiu e sempre existirá) que se caracteriza pela união de um corpo mecânico e de uma vontade finalista. Qual será a manifestação por excelência desse homem livre? Aquela atividade na qual sua vontade subordina seu corpo para obter certo fim o trabalho. O trabalho aparece, assim, como uma das expressões privilegiadas do homem como ser natural e espiritual”.

5.1.4 A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A intolerância Religiosa é um fenômeno que ultrapassam as nossas fronteiras geográficas para alcançar a universalização das nações. Isso porque todas as nações ocupadas pelo estrangeiro têm no seu conceito de dominação a barbárie. A luta pela sobrevivência de culturas desenvolvidas e/ou civilização levaram a migração de seu território por alimentos, desencadeando guerras. As mais organizadas e fortes, dizimavam os homens e transformavam as mulheres em escravas aniquilando as suas tradições culturais. No Brasil isso se deu com os indígenas originários da terra e os negros trazidos pelo tráfico de escravos nos navios negreiros pelos portugueses.

O mas forte os portugueses, impuseram aos povos dominados o catolicismo como religião predominante, sendo proibindo os rituais dos povos pagãos sobre qualquer pretexto. Até suas vestimentas, nomes, foram mudados com fim da aniquilação cultural de suas raízes e parentescos. Sabe-se que os povos da antiguidade reuniam-se em cidades, eram então cidadãos que se submeteram a lei, ao sagrado da religião católica, religião dominante. “A religião comandava toda a sociedade e o poder, a começar pelo calendário, que era regulado apenas pelas misteriosas leis da religião”. (Coulages, 2001,176).

As religiões para os antigos povos consistiam em rituais, cerimônias em homenagens aos seus mortos, antepassados e deuses, como forma de fertilidade. Ao invocar e fazer oferenda aos deuses dando um animal e/ou humano, os males daquela aldeia cessariam dando lugar a fertilidade. Talvez daí, da história presente em confronto com as tradições do passado, a intolerância religiosa se faz tão presente nos dias de hoje. No Brasil o sincretismo religioso estão presentes nas nossas tradições culturais e religiosas, como podemos ver nas festas juninas, bumba meu boi, axé, festas de terreiros e carnaval. “Com o cristianismo, não só o sentimento religioso se reavivou, mas dirigiu-se a metas mais elevadas e menos matérias. Enquanto outrora se tinha endeusado a alma humana ou as grandes forças da natureza, começou-se agora conhecer Deus como sendo, na sua essência, realmente estranho a natureza humana ao mundo material”. Fustel de Coulanges, ob.cit, p.413).

A Constituição cidadã de 1988 estabeleceu nos Direitos e Garantias Individuais, o direito ao culto, crença e organização religiosa sem discriminação de qualquer natureza por parte dos indivíduos ou pessoa, quando menciona no Art. 5º,VI – e inviolável a liberdade de consciências e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da Lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias. “A liberdade de consciência e de crença são inconfundíveis. O descrente também tem a liberdade de consciência e pode pedir que se tutele juridicamente tal direito. Bem assim a liberdade de pensamento que nem sempre é tangencial com a de consciência. A liberdade de crença compreende a liberdade de ter crença e a de não ter crença”. (Miranda,1971,p.119).

Por fim a discriminação religiosa apesar de não ter amparo legal ela existe e esta no cotidiano do nosso País. As comunidades indígenas e quilombolas têm sofrido perseguições por parte de pessoas denominadas evangélicas e/ou agnósticos que não acreditam em religião. Aqui e ali temos notícia de terreiros de Candomblé e Umbanda, sendo apedrejados e destruídos com fogo, além da perseguição de pais e mães de santos, dizendo que estão combatendo o Diabo.

Noticiários de TVs, Jornais e revistas ligados as Igrejas evangélicas tem demonizado as culturas de tradições africanas, inclusive com falsas acusações de charlatanismo. Uma ofensa segundo líderes religiosos que fizeram ato na ABI

(Associação Brasileira de Imprensa), dia 21/01/15, contra a intolerância religiosa em parceria com a Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR) e o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas. Segundo as lideranças presente em carta aberta a população: “A liberdade religiosa é um patrimônio social que precisa ser devidamente resguardado para que extremistas não comentam crimes em nome de Deus”. Resumindo o evento que contou com vários líderes religiosos, Ivanir dos Santos, Babalawo resumiu seu discurso: “ Falam das responsabilidade dos segmentos que neste momento estão em evidencia, que são os religiosos e a imprensa, das nossas responsabilidade de um espaço de dialogo comum para construir um Plano Nacional de Combate a Intolerância Religiosa, com intelectuais e todo mundo que queira participar, inclusive aqueles que não concordam com a gente, porque tem direito de falar, mas em foro apropriado. Não podemos ter medo do debate”, ponderou.

A luta contra a intolerância religiosa e de toda a sociedade. Segundo Cuoco Portugal da Universidade de Brasília, em entrevista a imprensa. Defendeu uma imprensa ativa em canais de comunicação para combater a intolerância religiosa. “A idéia de educação religiosa na escola publica no Brasil é interessante. Só que acho uma pena que ela seja entregue ás Igrejas. A minha visão é de que seja assunto de estudo científico, como qualquer outro, deveria ser o estudo das religiões para saber o que pensam os grupos, de forma científica e não catequética”, defende. (EBC, Tokarnia, Agência Brasil, 2015).

A professora Lea Ferencz Reid estudiosa sobre da lingüística brasileira, argumenta que o racismo e a intolerância religiosa embora presente, ela se dar por causa da oralidade da cultura áfrica em contraposição a linguagem escrita do branco. “são religiões que não têm uma bíblia, são baseadas na oralidade. A pedagogia do mundo ocidental é toda baseada na escrita, só é legítimo o que é escrito. Como essas religiões não têm um livro sagrado, são folclore. E, como disse Edison Carneiro, cada candomblé, cada grupo desses, é uma igreja independente em si mesma. Não tem um papa que diga que tem que fazer isso ou aquilo. O segundo preconceito: eram religiões predominantemente praticadas por negros. E a comunidade negra é ligada à escravidão, ao analfabetismo, à falta de cultura, a uma série de preconceitos que nós sabemos que existem no Brasil. É uma religião sem proselitismo, ninguém faz sua cabeça para entrar no candomblé, você vai se quiser,

e na hora que quiser sair, você sai. Não oferecem céu, inferno e purgatório, isso não existe para elas. São religiões livres, que aceitam os indivíduos como eles são, homossexuais ou não, traficantes ou não, não interessa: não há nenhuma norma para você participar de um candomblé, da umbanda. Isto faz frente à Igreja Católica, que está perdendo fiéis. A Igreja Universal do Reino de Deus, com a força de seu muito dinheiro, quer reconquistar exatamente esse espaço, que o “povo de santo” conquistou e ocupa na sociedade brasileira”.

6. CONCLUSÃO

A história nos mostra que a relação entre Estado e Igreja sempre foram próximas, em especial com o advento do cristianismo assimilado pelo Império Romano. Aqui no Brasil a igreja católica apossou-se das terras brasileiras com a ajuda da coroa portuguesa ao qual estavam vinculadas.

Apesar da subordinação do Padroado a Igreja de Roma e a coroa portuguesa, alguns Bispos defendiam a separação da igreja católica como forma da criação de uma identidade própria, sem atrelamento ao poder político. Isto porque o recebimento do dizimo eram função de estado até a separação com a república em 1989, em que separou a Igreja Católica do Estado. “Com a república o episcopado aceitou a separação por não ter como reverter o processo; manifestou seu respeito ao poder constituído, aplaudiu, muito discretamente, a nova ordem e acenou para uma possível conciliação com a nova forma de governo”. (MARCHI, 1989, p. 32).

Em 1926 a igreja negocia com o estado laico a reinserção na área pública reivindicando o direito a catequese e ensino religioso na rede oficial de ensino o que veio acontecer com Getúlio Vargas no Estado Novo. A Constituição Cidadã de 1988, reafirmou que o Estado Brasileiro é Laico e Facultativo, não obrigatório e não confessional. Desse modo, a disciplina de ER, deve ter conteúdo voltado para as nossas tradições culturais, religiosidade, privilegiando a diversidade religiosa como forma de combate ao racismo e a intolerância religiosa.

Da herança dos nossos ancestrais indígenas e quilombolas, materializou as religiões: “Umbanda e o Candomblé” que reafirmam a nossa brasilidade. As culturas indígenas, originárias do nosso povo ameríndio, até hoje sofrem discriminação por parte de igrejas, sejam as de ontem “católicas”, sejam as de denominações evangélicas e/ou pentecostais.

Segundo estudo da professora Estela Guedes Caputo, em seu livro Educação nos Terreiros: “precisamos devolver a Laicidade do Estado a Escola”. Segundo Caputo: “A escola, nesse momento representa um mercado religioso a ser dividido e conquistado por uma aliança evangélico-católica que por vezes deixa de lado antigas divergências em benefícios pontuais de interesses na política”. Em seminário realizado no IFCS- (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) realizado no dia 09/10/15, em parceria com o Centro de Articulação de População Marginalizadas (CEAP) e o Laboratório de História das Experiências Religiosas, (LHER – IH/UFRJ),

a Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR) e o Programa de Pós Graduação em História Comparada, que atraiu acadêmicos, governo do estado, estudantes e interessados no tema da intolerância religiosa, apresentaram varias sugestões para o combate a intolerância e religiosa e o ensino religioso. A representante do Governo do Estado a Dra. Andrea Sepúlveda, defendeu a participação da sociedade civil organizada na luta contra intolerância religioso, como forma de coibir a violência. Radicalizando o entendimento relativo à obrigatoriedade do (ER) nas Escolas Publicas do Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro. A professora Estela Guedes Caputo, disse ser contra o “ensino religioso”, pois, segundo ela, Não há isenção do profissional de educação que lecionam a disciplina. “A Secretaria de Educação tem uma cara, um partido, ou seja: defendem religiões cristas em prejuízo da equidade e do direito as pessoas terem outro credo, outras religiões. Os professores do estado recebem dos cofres públicos, e não podem ter partido e assumirem uma fé especifica. Um ateu é cidadão e não pode existir uma Lei impondo de ensino um conceito religioso”,

Em contraponto a tese defendida por Caputo, o Professor Daniel Justo defendeu a grade curricular de (ER). E apontou como saída a crise, maior capacitação para os professores que lecionam a disciplina. “A maior dificuldade do professor é que o ensino religioso não tem currículo. Defendo capacitação e discordo do entendimento que por causa do mau uso político, temos que suprimir o ensino de religião na escola”.

A professora Claudia Torres, que lecionou o “ER” na FEUDUC/CAXIAS, em trabalho com turma de pós-graduação de Ciências Sociais e Religião, argumentou que o estudo da religião, deve privilegiar o dialogo inter-religioso em respeito à liberdade de consciência e a opção religiosa de cada um. Segundo Claudia: “É preciso acabar com a idéia de que o ensino religioso e aula de catequese ou escola dominical. Não se ensina nenhuma fé, dogmas religiosas com orações, como pensam muitos e reproduzem essa fala em todos os locais públicos midiáticos. É necessário que se esclareça renove o próprio conceito de ER, seus conteúdos, natureza e metodologia e acadêmica, a fim de possibilitar o aluno a questionar sua posição na vida enquanto ser humano, ser ético, cidadão se ser religioso.”

A Luta pela igualdade, fraternidade e o direito de professar a fé em algum credo ou não, não pode ser impositiva, a quem pensa diferente.

O Ensino Religioso deve ter a premissa da liberdade de escolha, sem contudo haver discriminação religiosa como ocorrem com as comunidades quilombolas e indígenas. Pois, país livre, democrático e soberano, respeita a diversidade religiosa, como condição de soberania, que não pode ser violável, inalienável, modificado, pois, trata-se da bem de natureza pétrea.

Recente, temos visto à intolerância religiosa na Europa, se manifestando pelo terrorismo e fundamentalismo religioso, em contraposição a cultura ocidental. E isso tem feito vítimas tanto do ocidente quanto do oriente. Neste contexto de guerra bélica resta às pessoas migrarem de sua cidade para outros países, passando por violência psíquica, física, moral, pela sua religiosidade. É necessário um basta e a união das religiões em um tema que contemple a diversidade e o respeito a tolerância religiosa para quem tem fé e necessidade de professar sua fé. Da mesma forma, devemos respeitar o direito das pessoas que não tem religião, respeitando a sua condição de agnóstico e/ou ateu.

Em um mundo virtual e globalizado, a propaganda contra e a favor da religião estão presentes nas mídias sociais, em alguns casos, com propagandas discriminatórias, preconceituosas para os que interiorizam e manifestam sua fé. Qualquer tentativa do cerceamento do cidadão, do direito de professar a sua religiosidade, devem ser repudiada por toda sociedade e estado brasileiro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ÁFRICA Á VISTA - Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX Tânia Lobo Klebson Oliveira (organizadores) Salvador/2009 –Edufba.

A LUTA PELA TERRA –Blog dos Companheiros Miguel Baldez

<http://alutapelaterra.blogspot.com.br/2010/12/o-indio-no-brasil-etnocidio-historico.html>

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 1988.

CLASTRES, PIERRE - A SOCIEDADE CONTRA O ESTADO – 1974, Tradução: Theo Santiago, 2004 - <https://we.riseup.net/assets/71282/clastres-a-sociedade-contra-o-estado.pdf>

CASTRO, EDUARDO VIVEIROS, POVOS INDIGENAS DO BRASI – No Brasil todo Mundo é Índio - 2001 A 2005.

http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf

CONSCIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: Relação Sujeito- Sociedade

<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/28T.pdf>

DIVERSIDADE E ENSINO RELIGIOSO – LIDIA KADLUBITSKI

<file:///C:/Documents%20and%20Settings/RESERVA/Meus%20documentos/Downloads/2jointh-7436.pdf>

JORNAL ONLINE ASFUNRIO: SEMINARIO A INTOLERANCIA RELIGIOSA EM

DEBATE: <http://www.asfunrio.org.br/editorias2015/JornalOnline/mkt2015-015-04.htm>

JORNAL ONLINE ASFUNRIO: INTOLERANCIA RELIGIOSA E ENSINO

RELIGIOSO <http://asfunrio.org.br/editorias2015/JornalOnline/mkt2015-003-03.htm>

JORNAL ONLINE ASFUNRIO: SEMINÁRIOS TEMATICOS – FILOSOFIA E ANTROPOLOGIA DA RELIGIAO – TEMAS DA ATUALIDADE.

<http://asfunrio.org.br/editorias2014/JornalOnline/mkt2014-009-2.htm>

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO – Política Indigenista - Ministério da Justiça
<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista?start=2#>

IGREJA CATÓLICA NO BRASIL – História do Brasil – Tales Pinto
<http://www.brasilecola.com/historiab/igreja-catolica-no-brasil.htm>

INTRODUÇÃO DA RELIGIÃO NO BRASIL -A HETERONOMIA A QUE PAULO FREIRE SE OPÕE 3.4 - SECTARIZAÇÃO E IRRACIONALISMO CAÇÃO
<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomia/autonomia/3.4.html> -

O QUE FOI A REFORMA PROTESTANTE – Gost Questions Org.
<http://www.gotquestions.org/Portugues/Reforma-Protestante.html>

CANDOMBLÉ o mundo dos orixás – A Panela do Segredo, Pai Cido de Osun
<https://ocandomble.wordpress.com/os-orixas/>

OLORUM LENDAS DOS ORIXAS – Pierre Verger
<http://olorum.lendas.orixas.nom.br/>

OS PENTENCOSTAIS: Entre a Fé e a política - Etiane Caloy Bovkalovski de Souza
Doutoranda-Universidade Federal do Paraná/CNPq; Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, Universidade Federal do Paraná. Revista Brasileira de História online-
Version ISSN 1806 9347

O PERIGO DA INTOLERANCIA RELIGIOSA – OGLOBO online
<http://oglobo.globo.com/opiniao/o-perigo-da-intolerancia-religiosa-13622751#ixzz3XEQaYvHo>

O DIA = Juiz volta atrás e afirma que cultos afros brasileiros são religião
<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-20/juiz-volta-atras-e-afirma-que-cultos-afro-brasileiros-sao-religioes.html> - ANGELICA FERNANDES

VIKPEDIA A ECICLOPÉDIA LIVRE
<http://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A9>

Portal Os Orixás – Tim Jesen, o Estudo das Religiões na Dinamarca. Revista Imaginário do Instituto de Psicologia da USP, Adaptado por Ifatola. WWW.ORIXAS.COM.BR.

RELIGIÃO – Em Busca da Transcendência

<http://www.xr.pro.br/religiao.html>

PAPA FRANCISCO CRITICA BISPOS COM CORAÇÕES FECHADOS AO FIM DO SINODO

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/papa-francisco-critica-bispos-com-coracoes-fechados-ao-fim-de-sinodo.html>

RELIGIÕES COMPARADAS - Uma análise mundial - Duque de Caxias – RJ – 2015
MILTON TRAJANO DE OLIVEIRA – Vice-Diretor Acadêmico e Coordenador-Geral do Centro de Pós-Graduação, Especialização e Aperfeiçoamento - CEPEA / FEUDUC.

SIGNIFICADO DE FÉ - <http://www.significados.com.br/fe/>

VIKPEDIA A ECICLOPÉDIA LIVRE - Laicismo

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Laicismo>

VIKPEDIA A ECICLOPÉDIA LIVRE – Testemunho - Cristianismo

http://pt.wikipedia.org/wiki/Testemunho_%28cristianismo%29

REVISTA AGORA, Vitória, n.10, 2009, p.1-22 Rodrigo Marques Leistner

<file:///C:/Documents%20and%20Settings/RESERVA/Meus%20documentos/Downloads/1941-3081-1-PB.pdf>

Últimas Derradeiras Graças: Os Dogmas da Fé da Igreja Católica

[HTTP://www.derradeirasgracas.com/2.%20segunda%20p%C3%A1gina/DOCUMENTO%20RIO%20DA%20IGREJA/DOGMAS%20DA%20IGREJA%20CAT%C3%93LICA%20APOST%C3%93LICA%20ROMANA.htm](http://www.derradeirasgracas.com/2.%20segunda%20p%C3%A1gina/DOCUMENTO%20RIO%20DA%20IGREJA/DOGMAS%20DA%20IGREJA%20CAT%C3%93LICA%20APOST%C3%93LICA%20ROMANA.htm)

MAPA DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA -2011- Marcio Alexandre M. Gualberto

[http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/Mapa_da_intolerancia_religiosa\[1\].pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/Mapa_da_intolerancia_religiosa[1].pdf)

Revista: www.História.com.br, Historia do Brasil quem mais entende do Assunto.

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/yeda-pessoa-de-castro>

<http://revistaescolapublica.com.br/textos/41/ensino-da-cultura-afro-e-indigena-330283-1.asp>